

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.401 - BA (2019/0029767-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : VIAZUL TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA - ME  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO CÉSAR PEREIRA JOAU E SILVA - BA009332  
DÉBORA LIMA SACRAMENTO RIBEIRO - BA025528  
FELIPE VIEIRA BATISTA - BA033178  
REBECA SILVA LIMA - BA048935  
NAIRO ELO DE CERQUEIRA LIMA NETO - BA055290  
**AGRAVADO** : RITA ANTONIA CONCEIÇÃO GONÇALVES - ESPÓLIO  
**AGRAVADO** : GEEDINEI DE JESUS SANTOS  
**AGRAVADO** : DIVA DA CONCEICAO  
**AGRAVADO** : ESTRELA DILMA CONCEICAO  
**AGRAVADO** : SANDRA CRISTINA JESUS DOS SANTOS  
**AGRAVADO** : EDILEUSA CONCEIÇÃO DAMASCENA  
**AGRAVADO** : LUCIANA CONCEICAO  
**AGRAVADO** : MOACIR CONCEICAO DE JESUS  
**ADVOGADO** : JORGE GARCIA DE ARAÚJO - BA005159

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela VIAZUL TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA - ME, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA. RECUSA DO CREDOR. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE OUTROS GRAVAMES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

- 1. Configura-se como justificada a recusa pelo credor quando o bem nomeado à penhora se revele de difícil alienação. Precedentes do STJ.*
- 2. Verificada a existência de outros gravames sobre o imóvel indicado, considera-se acertada a decisão que acatou a rejeição do bem pela parte agravada. Agravo não provido. (fl. 167)*

No recurso especial, a insurgente aponta afronta aos artigos 50 do CC/02 e 835 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, o descabimento da desconsideração da personalidade jurídica, com a consequente penhora de bem dos sócios, porquanto não demonstrado "o

abuso".

Aduz, ainda, que *não há qualquer previsão legal ou jurisprudencial no sentido de impedir a penhora de bem imóvel com outras restrições, sendo certo que, se o valor do imóvel for superior ao das penhoras pretéritas, afigura-se plenamente possível a efetivação de novas constrições.*

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não prospera.

Quanto à tese de descabimento da desconsideração da personalidade jurídica, com a consequente penhora de bem dos sócios, bem como da possibilidade de penhora de bem imóvel, com outras restrições, a Corte de origem concluiu que a análise da primeira alegação está obstada pela preclusão temporal, quanto à segunda argumentação, assentou que o imóvel oferecido pela agravante não obedece a ordem prevista no art. 835 do NCPC (fl. 168).

Ocorre que a agravante não rebateu de forma específica e suficiente referida fundamentação, o que atrai, na hipótese, a incidência, por analogia das Súmulas nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA Nº 7/STJ E NºS 283 E 284/STF. DEFICIÊNCIA NA COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.*

*1. A ausência de impugnação dos fundamentos do aresto recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo, por analogia, o enunciado das Súmulas nºs 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.*

*2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não restou evidenciado na espécie.*

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 293.137/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 29/10/2014)

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS O ACÓRDÃO HOSTILIZADO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284/STF. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1.. A falta de impugnação objetiva e direta aos fundamentos do acórdão recorrido, denota a deficiência da fundamentação recursal que apegou-se a considerações secundárias e que de fato não constituíram objeto de decisão pelo Tribunal de origem, a fazer incidir, no particular, as Súmulas 283 e 284 do STF.*

*2. A análise da retensão recursal, a fim de se examinar a validade da perícia realizada, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos o enunciado da Súmula 7 do STJ.*

*3. Inviável o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, se a análise do dissenso pretoriano depender do revolvimento de matéria fático probatória.*

*4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa." (AgRg no AREsp 69.414/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 16/10/2014)*

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator